

**RELAÇÃO DE ASSUNTOS E BIBLIOGRAFIA INDICADAS PARA O CONCURSO
DE ADMISSÃO / 2016 AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO
COMPLEMENTAR / 2017**

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ÁREA: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RELAÇÃO DE ASSUNTOS

1. Administração

a. Planejamento: a Natureza do Planejamento, Objetivos, o Planejamento Estratégico e Operacional, a Dinâmica do Planejamento na Estrutura Organizacional. O impacto da estrutura organizacional, poder, liderança e cultura organizacional sobre o planejamento.

b. Organização: a Natureza da Organização, Departamentalização, Autoridades de Linha e Assessoria, Descentralização de Autoridade, Tipos de Autoridade, as Comissões e os Departamentos de Serviços. Unidades Estratégicas de Negócios.

c. Direção de Pessoal: a Essência da Direção, a Motivação, a Comunicação e Liderança e Direção Consultiva.

d. Controle: o Sistema de Controle, o Modelo de Controle, o Controle de Desempenho, Princípios de um Sistema de Controle. Tipologia de controle.

e. Coordenação: a Essência da Coordenação, a Coordenação e Administração.

f. A Administração e a Contabilidade.

2. Administração Pública Federal

a. Decreto-Lei Nº 200: Estrutura Administrativa Atual, Administração Direta e Indireta.

b. Licitações Públicas (Lei Nº 8.666 / 93, Lei Complementar Nº 123/06, Lei Federal Nº 11.598/07 e Alterações Posteriores):

1) Dos Princípios;

2) Das Definições Dos Serviços Técnicos;

3) Profissionais Especializados;

4) Das Compras;

5) Da Alienação;

6) Da Licitação: Modalidades, Limites, Dispensa, Habilitação, Procedimentos e Julgamento.

c. Parceria Público Privada: Lei Federal Nº 11.079 De 30/12/2004- Institui Normas Gerais para Licitação e Contratação da Parceria Público-Privada no Âmbito da Administração Pública.

3. Orçamento Público

a. Visão Geral do Processo de Alocação de Recursos no Brasil.

b. Evolução Histórica do Orçamento e sua Correlação com o Planejamento e os Modelos de Administração Pública.

c. Princípios Orçamentários. Funções do Orçamento Público.

d. Classificação do Orçamento: Orçamento Tradicional, Orçamento Programa e Orçamento Base Zero. A Prática Brasileira do Orçamento-Programa.

e. Orçamento Tradicional Versus Orçamento-Programa.

f. Tipos de Orçamento, Aspectos do Orçamento. Técnicas Orçamentárias.

g. Ciclo de Gestão dos Recursos Públicos: Plano Plurianual (PPA), Lei De Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA). PPA: A Sistemática do Plano Plurianual, Elaboração. Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, Competências da LDO; O Papel Intermediário entre Plano e Orçamento; Competências Constitucionais e Previstas na LRF. Lei Orçamentária Anual- LOA: Fundamentos e Evolução do Orçamento Público;

Objetivos da Política Orçamentária. A Relação da LOA com o PPA e a LDO; Emendas Parlamentares. Créditos Ordinários e Créditos Adicionais.

h. O Processo de Elaboração da Proposta Orçamentária - Ciclo Orçamentário: Elaboração, Discussão, Votação, Aprovação, Execução e Prestação de Contas.

i. Recursos para Execução dos Programas: Exercício Financeiro, Créditos Orçamentários e Adicionais, Remanejamento, Transposições e Transferências, Endividamento e Operações de Crédito, Reserva de Contingência e Passivos Contingentes.

j. Programação e Execução financeira: Programação Anual, Programação Financeira, Limitação de Empenho, Programação de Desembolsos Mensais, Liberação de Recursos; Contingenciamento de Despesas e Orçamento Impositivo. Convênios, Conceitos, Celebração, Execução, Alteração e Prestação de Contas. Descentralização Orçamentária e Financeira. Acompanhamento da Execução. Alterações Orçamentárias.

k. Receitas Públicas: Definição, Classificação, Classificação Legal e Estágios da Receita. Reconhecimento da Receita Orçamentária. Deduções da Receita Orçamentária. Receitas Extra orçamentárias.

l. Despesas Públicas: Definição, Geração de Despesas e sua Continuidade, Classificação, Classificação Legal e Estágios da Despesa. Reconhecimento da Despesa Orçamentária; Reconhecimento da Despesa sob o Enfoque Patrimonial Versus Legalidade da Despesa. Encerramento do Exercício e Restos a Pagar: Fundamentos, Definição de Restos a Pagar, Inscrição em Restos a Pagar em Final de Mandato. Despesas Extra orçamentárias.

m. Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal, Legislação e Prestação de Contas. Despesas não submetidas ao Processo Normal de Realização: Conceitos, Adiantamentos e Suprimento de Fundos, Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF. Concessão de Suprimento de Fundos, Execução Orçamentária e Financeira, Gerenciamento do Cartão de Pagamento do Governo Federal, Prestação de Contas do Suprimento de Fundos e do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGP.

n. O Plano Plurianual, A Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei Orçamentária Anual; Competências e Prazos Constitucionais.

o. Lei de Responsabilidade Fiscal e suas Atualizações. Princípios, Objetivos, Efeitos no Planejamento e no Processo Orçamentário; Limites para Despesas de Pessoal, Limites para a Dívida Pública, Mecanismos de Transparência Fiscal.

4. Contabilidade Pública

a. Conceitos, Divisão, Campo de Aplicação, Legislação Básica (Lei 4.320/64 Lei Complementar Nº 101/2000 e Decreto Federal 93.872/86); Regimes Contábeis. Princípios de Contabilidade Sob a Perspectiva do Setor Público. Sistema de Contabilidade Federal. Transações no Setor Público.

b. Gestões Organizacionais da Contabilidade Pública no Brasil: Papeis de Secretaria do Tesouro Nacional-STN e dos Órgãos Setoriais de Contabilidade (Lei Nº 10.180/2001). Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC Números 1.128/08 a 1.137/08: NBCT 16.1 a 16.10.

c. Patrimônios na Administração Pública: Bens Públicos, Inventários (tipos), Avaliação dos Bens Patrimoniais, Incorporação e Baixa de Bens. Variações Patrimoniais. Avaliação e Mensuração de Ativo do Setor Público, Depreciação, Amortização, Exaustão e Recuperabilidade, Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável (impairment) Desfazimento.

d. Escrituração Contábil no Setor Público; Registro das Principais Operações Típicas.

e. Contabilizações dos Principais Fatos Contábeis: Previsão da Receita, Fixação da Despesa, Descentralização de Créditos, Liberação Financeira, Realização da Receita e Despesa, dos Restos a Pagar e Contas com Função Precípua de Controle (Contratos, Cauções, Convênios E Instrumentos Similares, Diversos Responsáveis).

f. Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Análise de Balanços Públicos.

g. Consolidação das Contas Públicas.

- h. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.
- i. Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI): Conceito, Objetivos, Principais Documentos.
- j. Restos a Pagar: Inscrição, Pagamento, Cancelamento, Condições Gerais e Relação dos Restos a Pagar com a Dívida Pública; Despesas de Exercícios Anteriores Versus Restos a Pagar.
- k. Dívida Pública Passiva: Dívida Flutuante e Dívida Fundada, Composição, Constituição, Limites, Operações de Crédito, Resoluções do Senado Números 40/2001, 43/2002 E 48/2007, Ajustamento, Resgate, Cancelamento.
- l. Dívida Ativa: Inscrição, Cobrança, Cancelamento e Baixas.
- m. Tomada e Prestação de Contas: Responsáveis, Processos, Tipos, Prazos e Tomada de Contas Especial.
- n. Estrutura da Contabilidade Pública: Plano de Contas e Tabela de Eventos, Natureza das Contas Patrimoniais, Natureza das Contas de Resultado, A Estrutura do Plano de Contas, Modelo do Plano de Contas e Codificação do Plano de Contas (PCASP).
- o. Proposta de Programação Financeira (PPF) e Programação Financeira Aprovada (PFA): Cota, Repasse e Sub-Repasse.
- p. A Execução Financeira Através da Fixação de Limites de Saque e da Vinculação de Pagamento; Programação de Desembolsos de Mecanismos Retificadores do Orçamento.
- q. Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e suas Atualizações: Princípios, Conceitos, Planejamento, Renúncia de Receitas, Geração de Despesas, Transferências Voluntárias, Destinação de Recursos para o Setor Privado, Transparência da Gestão Fiscal, Prestação de Contas e Fiscalização da Gestão Fiscal.
- r. Auditoria Governamental: Finalidades, Objetivos, Abrangência, Fundamentação Legal, Formas de Execução, Tipos de Auditoria, Processo de Auditoria, Normas Fundamentais de Auditoria, Programa de Auditoria, Técnicas de Auditoria, Achados e Evidência de Auditoria, Papéis de Trabalho, Parecer e Relatório de Auditoria, Estudo de Casos de Auditoria, Controle na Administração Pública (Externo e Interno), Órgãos de Controle Externo e Interno e Vinculação do Controle Externo e Interno.
- s. Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 6ª Edição - válido para 2015:
 - Parte Geral - Introdução ao MCASP;
 - Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários;
 - Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais;
 - Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos;
 - Parte IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;(PCASP) e
 - Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

5. Contabilidade Geral

- a. Noções Preliminares.
- b. Elaboração das Demonstrações Contábeis.
- c. Medidas Preliminares à Elaboração de Balanços.
- d. Consolidação de Demonstrações Contábeis.
- e. Classificação e Conceitos dos Fatos Contábeis.
- f. Lançamentos e os Métodos das Partidas Dobradas.
- g. Registro de Operações Típicas.
- h. As Contas de Resultado e Patrimoniais.
- i. Equação Patrimonial.
- j. Avaliação dos Ativos e Passivos.
- k. Inventários.
- l. Apuração do resultado.
- m. Princípios contábeis.
- n. Alterações introduzidas com a Lei 11.638/07 e Lei 11941/09.
- o. Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

6. Contabilidade de custos

- a. Conceitos.
- b. Classificação dos Custos.
- c. Os Elementos de Custos.
- d. Custos das Matérias-Primas
- e. Custo da Mão-de-Obra.
- f. Os Custos Indiretos de Fabricação.
- g. Apropriação e Contabilização dos Custos.
- h. Taxas Departamentais. Descargas Unidirecionais e Recíprocas
- i. Apuração de Custos: Custeio por Absorção, Variável ou Direto, Baseado em Atividades e Padrão. Contabilidade de Ganhos. Método UEP e Kaizen.
- j. Custos nas Entidades Públicas

8. Contabilidade gerencial

- a. Introdução – Registro e Solução dos Problemas.
- b. Relações Custo-Volume-Lucro.
- c. Custos nas Decisões Empresariais.
- d. O Orçamento Geral; Orçamentos Flexíveis e Contínuos; Orçamento Base Zero; Orçamento por Atividades; Orçamento Estratégico; *Beyond Budgeting*.
- e. Controle Orçamentário. Avaliação de Desempenho.
- f. Gestão Estratégica. *Balanced Scorecard e outros modelos*.
- g. Centros de Lucro e Preços de Transferência.
- h. Relatórios Financeiros da Empresa.
- i. Análise de Investimentos.
- j. Demonstração do Fluxo de Caixa.

a. Análise de balanço

- a. Encerramento do Exercício.
- b. Demonstrações Financeiras.
- c. Índices de Liquidez.
- d. Índices de Lucratividade.
- e. Índices de Rotatividade.
- f. Índices de Endividamento.
- g. Índices de Estrutura Patrimonial.
- h. Análise da Situação Econômica.
- i. Análise da Situação Financeira.
- j. Análise do Fluxo de Caixa.
- k. Alavancagem Financeira e Operacional.
- l. Índices Combinados.
- m. Relatórios.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso Básico de Contabilidade**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Auditoria: um curso moderno e prático**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre e LIMA, Fabiano Guasti – **Curso de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

BACKER & JACOBSEN – **Contabilidade de Custos- um enfoque de administração de empresas**. Vols. 1 e 2. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 atualizada até 23/12/2011. (Publicada no D.O.U. nº 87-E, de 07 de maio de 2001, Seção 1, páginas 15 a 20). Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências e suas alterações.

Portaria Conjunta nº 01 de 10/12/2014 – Aprova a Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários da 6ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Portaria Conjunta nº 02 de 10/12/2014 – Altera a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 04/05/2001.

Portaria nº 42 de 14/04/1999 do MOG – Atualiza a Discriminação da Despesa por Funções e Subfunções.

Portaria STN nº 733 de 26/12/2014 – Estabelece regras de transição referentes às Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público para o exercício de 2014.

Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional-STN nº 700 de 10/12/2014. Aprova as Partes II- Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III- Procedimentos Contábeis Específicos, IV- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V- Demonstrações Contábeis do Setor Público da 6ª edição do MCASP.

Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional-STN nº 438 de 12.07.2012 e Anexos; Aprova a alteração dos Anexos 12, 13,14 e 15 da lei 4.320/64 e nº 18 (Demonstração do Fluxo de Caixa) e nº 19 (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido).

Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 439 de 12/07/2012 – Estabelece o cronograma de ações a adotar até 2.014, no âmbito da União, dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais Específicos.

Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 01 de 13/07/2012. Altera a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 04/05/2001.

Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 04/05/2001 e suas alterações.

Portaria STN nº 634/2013 – Dispõe sobre as regras acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.

Portaria MP nº 90 de 24/04/2009 - Institui o Sistema do Cartão de Pagamento - SCP.

Resolução do Senado nº 40 de 20/12/2001.

Resolução do Senado nº 43 de 21/12/2001.

Resolução do Senado nº 48 de 21/12/2007.

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e suas atualizações. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1967.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988 e suas Emendas.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e suas atualizações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2000.

_____. **Lei Complementar nº 123/ de 14/12/2006. Capítulo V, Seção Única - Das Aquisições Públicas.** Disponível em: <<http://www.stn.gov.br>>

Lei Complementar nº 131 de 27/05/2009 - Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas atualizações. Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços (inclusive de publicidade), compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1993.

Lei federal nº 11.079 de 30/12/2004 – Institui Normas gerais para licitação e contratação da parceria público-privada no âmbito da administração pública.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964** e suas atualizações. Dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Decreto Federal nº 93.872 de 23/12/1986 – Dispõe sobre a unificação dos recursos de Caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente.

Decreto Federal nº 5.992 de 19/12/2006- Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.

Decreto Federal nº 6.403 de 17/03/2008 – Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Decreto federal nº 7.689 de 02/03/2012 – Estabelece no âmbito do Poder Executivo Federal limites e instancias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens.

Decreto Federal nº 6.370 de 01/02/2008. Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.

Decreto Federal nº 6.901 de 11/07/2009. Altera o Decreto federal nº 6.370/08.

Decreto Federal nº 6.976 de 07/10/2009. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal.

Decreto Federal nº 7.654 de 23/11/2011. Altera o Decreto nº 93.872 de 23/12/86.

Decreto Federal nº 6.170 de 25/07/2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasses.

Decreto Federal nº 7.641 de 12/12/2011 – Altera Decreto nº 6.170/2007.

BERENICE Maria Rosa- **Contabilidade do Setor Público-** 2ª edição Editora ATLAS 2.013.

CORBETT NETO, Thomas – **Contabilidade de Ganhos:** a nova Contabilidade Gerencial de acordo com a TOC. São Paulo: Nobel, 1997.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS: Pronunciamentos técnicos.

Controle Externo das Contas Públicas: O Processo nos Tribunais de Contas do Brasil. Editora ATLAS 1ª edição 2014.

CORREIA NETO, Jocildo Figueiredo. **Planejamento e Controle orçamentário:** Manual de Orçamento Empresarial. Rio: Campus, 2011.

COSTA, E.Arantes – **Gestão Estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos.** São Paulo: Saraiva, 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido. 6ª ed. **Contabilidade Gerencial:** Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido. 6ª ed. Curso Básico de Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2011.

CRUZ, Flávio da. **Auditoria Governamental.** 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

DUTRA, Rene Gomes. **Custos:** uma abordagem prática. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ELDENBURG, L.G. e WOLCOTT, S.K. **Gestão de Custos: Como medir, monitorar e motivar o desempenho.** Rio: LTC, 2007

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária:** aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2013.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento Empresarial:** Planejamento e Controle Gerencial. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

- FREZATTI, et al. **Controle Gerencial: uma abordagem da Contabilidade Gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico.** São Paulo: Atlas, 2009.
- GARRISON, R.H. e NOREEN, Eric W. **Contabilidade Gerencial – 11ª ed.** Rio: LTC Editora, 2007.
- GIAMBIAGI, Fábio e Além, Cláudia. **Finanças Públicas.** Editora Campus(www.elsevier.com.br), 5ª. Ed.2.014
- GIACOMONI, J. **Orçamento Público.** São Paulo: Atlas, 16ª edição 2012.
- HORNGREN, Charles T. et al. **Contabilidade Gerencial.** 12. ed. São Paulo: Pearson, 2004.
- HORNGREN, FOSTER & DATAR – **Contabilidade de Custos 9ª ed.** Rio: Ed. LTC, 2000.
- IUDICIBUS, Sergio de et al **Contabilidade Introdutória.** 11ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011
- KOHAMA, Heilio. **Balancos Públicos: Teoria e Prática.** 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- _____. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática.** 14ª. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- LEONCIO, VALMIR DA SILVA. **A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** São Paulo, Editora ATLAS, 3ªª edição 2014.
- LIMA, Diana Vaz de Lima/Robinson G. de Castro. **Contabilidade Pública.** 3ª edição. ATLAS 2007.
- LIMA, Diana Vaz de. et. al. **Fundamentos da Auditoria Governamental e Empresarial.** São Paulo: Atlas, 2ª edição 2009.
- LINS, Luis dos Santos e SILVA, Raimundo N. S. **Gestão de Custos: Contabilidade, Controle e Análise.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MARQUES, MOACIR DA SILVA. **Curso de Auditoria Governamental – Ed. Atlas, 2ª Ed.** 2012.
- Manual de Classificação da Receita e da Despesa Pública.** Disponível em: <http://www.stn.gov.br>
- Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 6ªª Ed.** (válido a partir de 2015): Disponível em <http://www.stn.gov.br>
- PARTE GERAL: Introdução ao MCASP;
- PARTE I - Procedimentos Contábeis Orçamentários;
- PARTE II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais;
- PARTE III - Procedimentos contábeis específicos;
- PARTE IV - Plano de Contas aplicado ao Setor Público;
- PARTE V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- _____. **Contabilidade Básica.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- _____. **Análise das Demonstrações Contábeis.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- _____. **Métodos de Custeio Comparados – Custos e Margens analisados sob diferentes perspectivas.** São Paulo: Atlas, 2010.
- MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balancos, Abordagem Básica e Gerencial.** 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Mauss, Valnei César – **Análise das Demonstrações Contábeis Governamentais.** Editora ATLAS 1ª Edição 2012.
- MEGLIORINI, Evandir. **Custos: Analise e Gestão.** São Paulo: Prentice, 2006.
- MOACIR, MARQUES DA SILVA- **Lei de Responsabilidade Fiscal.** Editora ATLAS, 1ª edição 2014.
- NASCIMENTO, Auster M.; REGINATO, Luciene. **Controladoria: Um enfoque na eficácia organizacional.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PEREIRA, José Matias. **Finanças Públicas: A Política Orçamentária no Brasil.** 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- PEREZ JR.; OLIVEIRA e COSTA. **Gestão Estratégica de Custos.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PETER, Maria da Gloria Arrais *et al.* **Manual de Auditoria Governamental**. São Paulo: Atlas, 2007.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio *et al.* **Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Federal**. 13ª. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

POUBEL, DOMINGOS DE CASTRO. Auditoria, Contabilidade e Controle interno no Setor Público. 6ª edição ATLAS 2015.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica** 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, José Pereira da . **Análise Financeira das Empresas**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

STARK, José Antônio. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Pearson, 2007.

SLOMSKI, VALMOR - Controladoria e Governança na Gestão Pública - Editora Atlas, edição 2012.

SLOMSKY, VALMOR- Manual de Contabilidade Pública. Editora ATLAS, 3ª edição, 2013

VANDERBECK & NAGY – Contabilidade de Custos – 11ª ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

WELSCH, G. A. **Orçamento Empresarial**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

WRIGHT, KROLL & PARNELL. Administração Estratégica: Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

**RELAÇÃO DE ASSUNTOS E BIBLIOGRAFIAS INDICADOS PARA O CONCURSO DE
ADMISSÃO / 2016 AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO
COMPLEMENTAR / 2017**

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ÁREA: DIREITO

RELAÇÃO DE ASSUNTOS:

1. Direito Administrativo

- a. Organização Administrativa Federal.
- b. Princípios da Administração Pública.
- c. Administração Pública Direta e Indireta e Organizações Sociais.
- d. Atos Administrativos: conceituação e classificação.
- e. Processo Administrativo.
- f. Licitações e Contratos Administrativos.
- g. Sistema administrativo brasileiro.
- h. Concessão de serviços públicos, permissão e autorização.
- i. Responsabilidade civil da administração pública.
- j. Poder de polícia.
- k. Bens públicos: classificação e caracteres. Domínio público.
- l. Intervenção na propriedade e atuação no domínio público.
- m. Função pública e regime jurídico dos servidores públicos da União civis e militares.
- n. Controle da administração. Lei 12.527/2011. Lei 12.846/2013
- o. Responsabilidade fiscal dos entes federados.
- p. Emendas Constitucionais 19 a 24 à CF/88 e o Direito Administrativo.
- q. Regulamento Disciplinar do Exército.
- r. Improbidade administrativa.
- s. Consórcios públicos e parcerias público-privadas.
- t. Agências reguladoras.

2. Direito Ambiental

- a. Princípios fundamentais do Direito Ambiental.
- b. Normas constitucionais relativas à proteção ambiental.
- c. Repartição de competências em matéria ambiental.
- d. Dano Ambiental e as responsabilidades administrativa, civil e penal.
- e. O Direito Ambiental Positivo.

3. Direito Civil

- a. Sujeitos de direitos e deveres: pessoa física e pessoa jurídica.
- b. Pessoa jurídica. Tipologia: associações, sociedades, fundações, organizações religiosas e partidos políticos.
- c. Contratos e suas espécies.
- d. Responsabilidade civil.
- e. Sucessões.
- f. Obrigações.
- g. Família.

4. Direito Constitucional

- a. Constituição: conceito, objeto e elementos.
- b. Supremacia da Constituição.
- c. Hermenêutica constitucional.
- d. O controle de constitucionalidade no Brasil: modalidades.
 - da. Controle difuso: características.
 - db. Controle concentrado: características e principais ações (ADIn, ADC e ADPF).
 - dc. Controle das omissões inconstitucionais: ADIn por omissão e mandado de injunção.
- e. Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado, limitações expressas e implícitas ao poder de reforma constitucional.
- f. Sistema de freios e contrapesos.
- g. Normas constitucionais: classificação.
- h. Direitos individuais e coletivos. Princípio da legalidade e da reserva legal. Princípio da isonomia. Regime constitucional da propriedade. Princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.
- i. Direitos sociais. Direito à nacionalidade. Direitos políticos.
- j. Federação e sistema constitucional de repartição de competências. Intervenção federal. União Federal: competências. Estado-membro: autonomia, competências e poder constituinte estadual.
- k. Estado de defesa. Estado de sítio. Conselho da República. Conselho de Defesa Nacional.
- l. Poder Legislativo: organização, atribuições. Processo legislativo. Espécies legislativas.
- m. Poder Executivo: atribuições. Presidente da República e Ministros de Estado.
- n. Poder Judiciário: organização. Tribunais superiores: organização e competência. Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral. Conselho Nacional de Justiça. Tribunais e juízes militares. Superior Tribunal Militar: organização e competência. Atividades essenciais à justiça.
- o. Ordem econômica e financeira. Intervenção do Estado no domínio econômico.
- p. Direitos e interesses das populações indígenas.
- q. Forças Armadas.

5. Direito Penal

- a. Aplicação da lei: Princípios da legalidade e da anterioridade. Interpretação. Analogia. Lei penal no tempo e a lei penal no espaço.
- b. Crime: Conceito. Divisão ou espécie. Elementos.
- c. Ação (relação de causalidade).
- d. Tipicidade (tipo legal do crime).
- e. Licitude (causas legais de exclusão).
- f. Culpabilidade: Erro de tipo. Erro de proibição. Dolo. Culpa e causas legais de exclusão.
- g. Atos preparatórios e de execução.
- h. Consumação.
- i. Tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível.
- j. Exaurimento.
- k. Concurso de pessoas.
 - l. Imputabilidade Penal. Pena: privativa de liberdade. Restritiva de direito. Multa e aplicação da pena.
 - l. Circunstâncias agravantes.
- m. Concurso de crimes e concurso de leis.
- n. Suspensão condicional da pena.
- o. Livramento condicional.
- p. Efeitos da condenação.
- q. Medidas de segurança.

- r. Extinção da punibilidade: Renúncia. Perdão. Perempção. Decadência e prescrição (ação e pretensão executória).
- s. Crimes contra a pessoa: Crimes contra a vida. Lesões corporais. Rixa. Crimes contra a honra. Crimes contra a liberdade individual.
- t. Crimes contra o patrimônio.
- u. Crimes contra a fé pública.
- w. Crimes contra a Administração Pública.
- v. Crimes hediondos.
- x. Crimes de abuso de autoridade.
- y. Crimes de tráfico de entorpecentes.
- z. Crimes políticos.
- aa. Crime organizado.
- bb. Crimes de lavagem de dinheiro.

6. Direito Processual Civil

- a. Princípios gerais do Direito Processual: fontes e eficácia da Lei Processual.
- b. Jurisdição: conceito, princípios, espécies e limites.
- c. Competência: espécies, perpetuação, modificações, incompetência e conflito de competência.
- d. Ação: conceito, teoria, condições, classificação, elementos e cumulação de ações.
- e. Processo e procedimento: conceito, princípios, espécies, procedimentos sumário e ordinário, pressupostos processuais, formação, suspensão e extinção do processo.
- f. Sujeitos da relação processual: o juiz, órgãos auxiliares, partes, capacidade, representação, substituição processual, litisconsórcio e suas espécies, assistência e intervenção de terceiros.
- g. Atos processuais: forma, tempo, lugar, prazo, comunicação e nulidades.
- h. Petição Inicial: pedido, formas, causa de pedir, modificações do pedido e indeferimento da inicial.
- i. Resposta do réu: contestação, exceções, reconvenção e revelia.
- j. Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo.
- k. A Prova: espécies, objeto, ônus e valoração.
- l. Sentença e coisa julgada: estrutura, requisitos, classificação e defeitos da sentença.
- m. Recursos: generalidades, duplo grau, pressupostos, recurso adesivo, apelação, agravo, embargos de declaração, embargos infringentes, representação e correição.
- n. Processo de execução.
- o. Execuções Especiais: execução fiscal e execução de crédito hipotecário vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação.
- p. Processo Cautelar: estrutura, espécies, liminar, peculiaridades, execução e recurso.
- q. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: ação de consignação em pagamento, ação de depósito, ação de anulação e substituição de títulos ao portador, ação de prestação de contas, ações possessórias, embargos de terceiro, habilitação, restauração de autos e ação monitória.
- r. Mandado de segurança, habeas data, mandado de injunção, ação popular, ação civil pública, desapropriação e usucapião especial.
- s. Juizado Especial Federal.

7. Direito Processual Penal

- a. Conceito. Finalidade. Caracteres. Princípios gerais. Fontes. Repartição constitucional de competência. Garantias constitucionais do processo. Aplicação da lei processual penal. Normas das convenções e dos tratados de Direito Internacional relativos ao Processo Penal e tratados bilaterais de auxílio direto. Convenção da ONU contra a corrupção. Cooperação Internacional - tratados bilaterais celebrados pelo Brasil em matéria penal.
- b. Persecução penal. Inquérito e ação penal. Procedimento. Garantias do investigado. Atribuições da autoridade policial. Intervenção do Ministério Público. Outros meios de colheita de indícios da infração. Sujeitos do processo. Juiz. Ministério Público. Acusado e seu

- defensor. Assistente. Curador do réu menor. Auxiliares da justiça. Assistentes. Peritos e intérpretes. Serventuários da justiça. Impedimentos e suspeições. Instrumentos legais de obtenção de prova: delação premiada, infiltração de agente policial em organizações criminosas, ação controlada.
- c. Jurisdição. Competência. Conexão e continência. Prevenção. Questões e procedimentos incidentes. Competência da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais Federais, do STJ e do STF. *Perpetuatio jurisdictionis*. Conflito de competência. Procedimento da ação penal originária nos tribunais. Julgamento por colegiado de juízes (Lei nº 12.694/2012): competência e estrutura de funcionamento.
 - d. Questões e processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções. Medidas assecuratórias: sequestro, hipoteca legal e arresto. Incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado. Restituição das coisas apreendidas. Perdimento. Alienação antecipada de bens. Provas. Procedimento probatório. Classificação. Prova testemunhal. Documental. Material. Ônus. Presunções. Indícios. Valoração. Provas ilícitas.
 - e. Processo: finalidade, pressupostos e sistemas. Procedimentos: crimes apenados com reclusão, crimes apenados com detenção, contravenções, crimes de abuso de autoridade, crimes de responsabilidade, crimes contra o meio ambiente, entorpecentes, crimes contra a economia popular, crimes de imprensa, crimes contra o sistema financeiro nacional, homicídio e lesão corporal culposos, júri, crimes contra a honra. Os Juizados Especiais Federais Criminais - aplicação na Justiça Federal. Atos processuais. Forma. Lugar. Tempo. Despachos. Decisões interlocutórias. Sentenças. Comunicações, forma, lugar, prazo. Citações e intimações. Revelia. Fixação da pena. Nulidades.
 - f. Prisão. Flagrante. Temporária. Preventiva. Decorrente de pronúncia, decorrente de sentença. Medidas cautelares diversas da prisão. Princípio da necessidade, prisão especial, prisão albergue, prisão domiciliar e liberdade provisória. Fiança. Execução das penas e das medidas de segurança. Execução penal: evolução e regressão, regimes de cumprimento da pena e incidentes; suspensão condicional da pena; livramento condicional; graça; indulto; anistia; reabilitação. Incidentes da execução. Remição. Inclusão e transferência de presos para presídios federais.
 - g. Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. Cartas rogatórias. Homologação de sentença estrangeira. Extradicação. Expulsão. Deportação. Recursos. Disposições gerais. Apelação. Recurso em sentido estrito. Protesto por novo júri. Embargos infringentes e de nulidade. Carta testemunhável. Recurso especial e extraordinário. Agravo em execução penal. Coisa julgada. Revisão criminal.
 - h. Nulidades. Rol legal. Súmulas dos Tribunais Superiores. Habeas corpus. Competência. Natureza jurídica. Cabimento. Requisitos. Legitimidade. Objeto. Procedimento. Mandado de segurança em matéria penal. Cautelar em matéria penal.
 - i. Juizados Especiais Federais Penais. O Conciliador. Quebra de sigilo: requisitos e limites. Quebra de sigilo fiscal, bancário e de dados. Interceptações de comunicação.
 - j. Processo nos crimes de abuso de autoridade, de entorpecentes, de falência, de responsabilidade dos funcionários públicos, contra a honra.

8. Direito Tributário

- a. Sistema Tributário Nacional: limitações do poder de tributar; princípios do direito tributário; repartição das receitas tributárias.
- b. Tributo: conceito; natureza jurídica; espécies; imposto; taxa; contribuição de melhoria; empréstimo compulsório; contribuições.
- c. Competência tributária: classificação; exercício da competência tributária; capacidade tributária ativa; imunidade tributária; distinção entre imunidade, isenção e não incidência; imunidades em espécie.
- d. Fontes do direito tributário: Constituição Federal; leis complementares; leis ordinárias e atos equivalentes; tratados internacionais; atos do poder executivo federal com força de lei

- material; atos exclusivos do poder legislativo; convênios; decretos regulamentares; normas complementares.
- e. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.
 - f. Obrigação tributária: definição e natureza jurídica; obrigação principal e acessória; fato gerador; sujeito ativo; sujeito passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário; responsabilidade tributária; responsabilidade dos sucessores; responsabilidade de terceiros; responsabilidade por infrações.
 - g. Crédito tributário: constituição de crédito tributário; lançamento; modalidades de lançamento; suspensão do crédito tributário; extinção do crédito tributário; exclusão de crédito tributário; garantias e privilégios do crédito tributário.
 - h. Administração tributária: fiscalização; dívida ativa; certidões negativas.
 - i. Impostos da União: imposto sobre a importação de produtos estrangeiros; imposto sobre a exportação de produtos estrangeiros; imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza; imposto sobre produtos industrializados; imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários; imposto sobre a propriedade territorial rural; imposto sobre grandes fortunas.
 - j. Impostos dos estados e do Distrito Federal: imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos; imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; imposto sobre propriedade de veículos automotores.
 - k. Impostos dos municípios: imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; imposto sobre serviços de qualquer natureza.
 - l. Processo administrativo tributário: princípios básicos; acepções e espécies; determinação e exigência do crédito tributário; representação fiscal para fins penais; delegacias da Receita Federal de Julgamento; conselhos de contribuintes; Câmara Superior de Recursos Fiscais.
 - m. Processo judicial tributário: ação de execução fiscal; Lei n.º 6.830/1980; ação cautelar fiscal; ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária; ação anulatória de débito fiscal; mandado de segurança; ação de repetição de indébito; ação de consignação em pagamento; ações de controle de constitucionalidade; ação civil pública.
 - n. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar n.º 123/2006). Ilícito tributário: ilícito administrativo tributário; ilícito penal tributário; crimes contra a ordem tributária; Lei n.º 8.137/1990.

9. Direito Penal Militar

- a. Conceito e definição doutrinária e legal de crime militar em tempo de paz. Critérios consagrados na doutrina para definir um crime militar. Transgressão disciplinar e crime militar. Hipóteses de competência da Justiça comum para processar e julgar crimes militares. Lei 9.099 e crimes militares. Lei Complementar n.º 97 (modificada pelas leis complementares 117 e 136) e crimes militares. Lei 6.880/80 e crimes militares (Estatuto dos militares). Critérios consagrados na doutrina para definir um crime militar. Caput do Artigo 9º do CPM, sua interpretação e aplicação. O assemelhado.
 - aa. Inciso I do artigo 9º do CPM e sua interpretação e aplicação. Crime propriamente militar, militar próprio, essencialmente militar, puramente militar e impropriamente militar, militar impróprio, acidentalmente militar e impropriamente militar. Teoria do Cubo Impossível. Civis e crimes próprios militares. Crimes exclusivamente militares por falta indevida de previsão na legislação comum, decorrente da revogação do CP de 1969 sem ter entrado em vigor.
 - ab. Inciso II do artigo 9º do CPM, sua interpretação e aplicação. Alínea “a” do Inciso

- II do artigo 9º do CPM, sua interpretação e aplicação.
- ac. Crime de Militar contra militar, ambos da ativa. Crime militar praticado por militar estadual (ou distrital) contra federal e vice-versa e justiças competentes. Casal de Militares, crime militar entre cônjuges e aplicação da Lei Maria da Penha nas justiças militares
 - ad. Alíneas “b”, “c” e “d” do inciso II do artigo 9º do CPM, sua interpretação e aplicação.
 - ae. Força nacional de Segurança Pública e Crime militar. Conceito de “assemelhado”.
 - af. Alínea “e” do inciso II do artigo 9º do CPM, sua interpretação e aplicação.
 - ag. Parágrafo Único do artigo 9º do CPM, sua interpretação e aplicação: crimes militares praticados por militares federais e por militares estaduais (ou distritais). Lei Complementar n.97 e Lei do abate (Lei 12.432/2011: tiro de destruição).
 - ah. *Caput* do Inciso III do artigo 9º do CPM, sua interpretação e aplicação. Crimes praticados por civis, militares da reserva ou reformados contra as instituições militares nos termos do inciso III do art. 9º do CPM.
 - ai. Alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do Inciso III do artigo 9º do CPM, sua interpretação e aplicação.
 - aj. Súmula Vinculante n. 36 do STF: Crítica, análise e aplicação.
- b. Crimes militares em tempo de paz: tipos penais. Parte especial do Código penal Militar.
 - c. Crimes militares em tempo de guerra. Conceito e definição doutrinária de crime militar em tempo de Guerra.
 - ca. Crimes militares em tempo de guerra. Conceito e definição doutrinária de crime militar em tempo de Guerra. Interpretação e aplicação do *Caput* do Artigo 10 do CPM e de seus incisos I a IV.
 - cb. Aplicação dos tipos penais comuns em tempo de Guerra. Crime praticado em presença do inimigo. Crime em prejuízo de país aliado. Conceito de brasileiro e de nacional. Tempo de Guerra. Natureza da lei penal militar em tempo de Guerra. Aspectos gerais do direito penal militar em tempo de Guerra.
 - d. Crimes militares em tempo de guerra: tipos penais aplicáveis em tempo de Guerra e Crimes da Parte Especial do Código Penal Militar.
 - e. Aplicação da lei penal Militar.
 - ea. Aplicação da lei penal Militar: doutrina e conceitos essenciais.
 - eb. Lei Penal Militar no tempo. Doutrina e conceitos essenciais.
 - ec. Princípio da legalidade. Início e fim da eficácia temporal da lei penal militar. Princípios que regem a lei penal militar no tempo. Hipóteses de conflitos temporais entre leis penais militares. Lei penal militar mais benigna. Lei penal militar intermediária. Combinação de leis penais militares. Eficácia temporal das leis penais militares temporárias e excepcionais. Eficácia temporal das normas penais militares em branco. Eficácia temporal das medidas de segurança. Tempo do crime militar.
 - ed. Lei penal militar no espaço. Generalidades e noções preliminares. Princípios que regem a lei penal militar no espaço Princípio da Territorialidade da lei penal brasileira. Princípio da Extraterritorialidade da lei Penal Brasileira. Lugar do crime militar. Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia de sentença penal estrangeira. Eficácia incondicional da sentença penal estrangeira. Eficácia condicional da sentença penal estrangeira.

- ee. Lei penal militar nas prerrogativas de função. Imunidades diplomáticas, parlamentares e judiciárias. Comandantes das forças armadas, Ministros do Superior Tribunal Militar e demais Oficiais Gerais. Autoridades militares estaduais.
- ef. Disposições finais sobre a aplicação da Lei Penal Militar: Contagem de prazo, Prazos em matéria penal, Prazos penais e prazos processuais penais, Frações não computáveis das penas, Legislação especial (artigo 12 do CP comum e 17 do CPM), Infrações disciplinares, Equiparação a comandante, Conceito de superior, Nacionais e estrangeiros e Prevalência do Código Penal Militar.
- f. Teoria geral do crime militar.
 - fa. Fato típico militar. Estrutura jurídica do crime militar. Fato típico militar. Tipo penal militar. Fato típico doloso. Fato típico culposo.
 - fb. Antijuridicidade. Causas de exclusão de antijuridicidade no direito penal comum. Causas de exclusão de antijuridicidade no Direito Penal Militar. Excesso. Excesso no Direito Penal comum. Excesso no direito penal militar. Excesso doloso. Excesso culposo. Excesso acidental. Excesso escusável.
 - fc. Culpabilidade. Culpabilidade no Direito Penal comum. Culpabilidade Militar. Causas da exclusão da culpabilidade no Direito Penal comum. Causas de exclusão da culpabilidade no Direito Penal Militar.
 - fd. Conceito de erro. Erro jurídico penal militar. Erro no direito penal comum. Erro no direito penal militar. *Iter criminis*. *Iter criminis* no Direito penal militar e direito penal comum. Conceito e fases do *Iter criminis*. Tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Crime impossível. Arrependimento posterior.
 - fe. Concurso de Pessoas. Concurso de pessoas no Direito Penal comum. Concurso de pessoas no Direito Penal Militar. Cooperação dolosamente distinta e Cabeças.
- g. Ação penal militar.
 - ga. Ação Penal Militar. Espécies de ação penal militar. Princípios da ação penal militar. Condições gerais da ação penal militar. Rejeição da ação penal militar.
- h. Conseqüências jurídicas do delito militar.
 - ha. Conseqüências jurídicas do delito militar. Espécies de pena no direito penal militar brasileiro. Aplicação da pena privativa de liberdade. Concurso de crimes. A suspensão condicional da pena (*sursis*). O livramento condicional. As penas acessórias. Os efeitos da condenação. As medidas de segurança.
- i. Extinção de punibilidade
 - ia. Extinção de punibilidade.
 - ib. Extinção de punibilidade no Código penal Militar.
 - ic. Morte do agente. Anistia ou indulto. Retroatividade da lei. Prescrição. Causas que não estão no rol do artigo 123 do CPM.
 - id. Comparação entre Código Penal comum e Código Penal Militar.
- j. Diferenças e semelhanças entre o Direito Penal Militar e o Código Penal comum em vigor. Parte especial e geral.
- k. Insubmissão e deserção.
 - ka. Insubmissão. Aspectos gerais. Natureza híbrida do crime de insubmissão. Aspectos e discussões próprias do crime de insubmissão. Discussão sobre natureza de crime permanente ou instantâneo de efeitos permanentes. Comprovação do conhecimento da data de apresentação pelo convocado. Condições para a ação penal. Militar

matriculado. Insubmissão de médicos, dentistas, veterinários e farmacêuticos no que tange ao serviço militar obrigatório. Pena de Impedimento. Coautoria e participação em insubmissão. Análise e aplicação dos tipos penais dos artigos 183 a 186 e 393 do Código penal Militar.

- kb. Deserção. Aspectos gerais. Natureza híbrida do crime de deserção. Aspectos e discussões próprias do crime de deserção. Discussão sobre natureza de crime permanente ou instantâneo de efeitos permanentes. Bens jurídicos tutelados pela deserção. Deserção pelos militares estaduais e distritais. Consumação em tempo de paz e de Guerra. Livramento condicional do desertor. Vedação do *sursis*. Modalidades de deserção: aspectos próprios de cada uma. Condições de procedibilidade e prosseguibilidade. Tentativa. Coautoria e participação em insubmissão. Deserção e tempo máximo de serviço militar, arrimo de família, erro da lavratura do termo de deserção. Análise e aplicação dos tipos penais dos artigos 187a 194 e 391 a 392 do Código penal Militar.

10. Direito Processual Penal Militar

- a. Da Lei de Processo Penal Militar e sua aplicação.
- b. Polícia judiciária militar.
- c. Inquérito policial militar: aspectos gerais. Procedimentos, atos probatórios e disposições a serem observadas no inquérito. Inquérito Policial Militar: Conceito. Finalidade. Caráter inquisitivo. Valor probatório. Conceito de indiciado, do procedimento do inquérito policial militar. Arquivamento de IPM, APF e outras instruções provisórias. Suficiência do auto de flagrante delito. Dispensa do inquérito policial militar: Casos. Prazos. Outros aspectos e peculiaridades previstos na legislação.
- d. Ação penal militar: Aspectos gerais. Ação Penal Militar: exercício, denúncia, Princípio da Obrigatoriedade, requisitos da denúncia, prazos, arquivamento e discordância do pedido de arquivamento, inépcia da denúncia, instauração do processo. Recebimento e rejeição da denúncia.
- e. Do foro militar: aspectos gerais. Competência das justiças militares (federal, distrital e estaduais). Jurisdição Militar. Justiças militares na constituição em vigor. Competência. Conflitos de competência. Manifestações sobre incompetência e recursos. Perda do posto, patente e graduação: militares federais, estaduais e distritais.
- f. Juiz, partes e auxiliares. Organização judiciária militar. Sujeitos processuais
- g. Atos probatórios. IPM e instruções pré-processuais e processos ordinário e especiais.
- h. Das medidas preventivas e assecuratórias em geral: aspectos, análise e aplicação os de todas as modalidades no processo penal militar.
- i. Da prisão e outras formas de restrição de liberdade: aspectos, análise e aplicação os de todas as modalidades no processo penal militar. Liberdade provisória. Emprego de força, algemas e uso de armas. Execução da sentença.
- j. Processos em espécie: Considerações gerais. Sistemas processuais, ritos processuais, processo ordinário, instalação do Conselho de Justiça, Citação, notificação, intimação, Efeito da citação, Espécies e formas de citação, Formas de intimação ou notificação, instrução criminal, processos especiais. Julgamento e sentença. Questões prejudiciais. Incidentes
- k. Processo de insubmissão e Processo de deserção. Todos os aspectos pré-processuais e processuais legais, teóricos e práticos de todas as modalidades.
- l. Nulidades.
- m. Justiça militar em tempo de guerra.
- n. Disposições finais e transitórias do CPPM.

- o. Ministério Público da União na Lei Complementar n.75: das disposições gerais (título I) e dos ramos do Ministério Público da União (título II).
- p. Controle externo da atividade policial em geral. Controle externo da atividade policial judiciária militar.
- q. Investigação direta pelo ministério público.
- r. Lei de organização judiciária militar (Lei 8.457/92): 1) Parte I. Da estrutura da justiça militar da união: apenas Títulos I a IV. 2) Parte III. Da organização da justiça militar em tempo de guerra: integral. 3) Parte IV. das disposições gerais, transitórias e finais: integral.
- s. Diferenças e semelhanças entre o Direito Processual Penal Militar e o Comum.

11. Direito Processual Trabalhista

- a. Procedimentos nos dissídios individuais: reclamação; *jus postulandi*; revelia; exceções; contestação; reconvenção; partes e procuradores; audiência; conciliação; instrução e julgamento; justiça gratuita.
- b. Provas no processo do trabalho: interrogatórios; confissão e consequências; documentos; oportunidade de juntada; prova técnica; sistemática da realização das perícias; testemunhas.
- c. Recursos no processo do trabalho: disposições gerais: efeitos suspensivo e devolutivo; recursos no processo de cognição; recursos no processo de execução.
- d. Processos de execução: liquidação; modalidades da execução; embargos do executado; impugnação do exequente.
- e. Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho: sumulas e orientações jurisprudenciais.
- f. Prescrição e decadência no processo do trabalho.
- g. Competência da justiça do trabalho.
- h. Rito sumaríssimo no dissídio individual.
- i. Comissão previa de conciliação nos dissídios individuais.
- j. Ação rescisória no processo do trabalho.
- k. Mandado de segurança: cabimento no processo do trabalho.
- l. Dissídios coletivos.

12. Direito do Trabalho e Previdência

- a. Direito do trabalho. Conceito. Fontes: classificação, hierarquia e solução de conflitos. Princípios do direito do trabalho.
- b. Renúncia e transação no direito do trabalho. Comissões de conciliação prévia.
- c. Relação de trabalho. Relação de emprego. Distinção.
- d. Sujeitos da relação de emprego. Empregado. Espécies. Distinção dos demais trabalhadores (eventual, autônomo, de empreitada). Empregador. Grupo de empresas. Responsabilidade solidária e subsidiária. Sucessão. Desconsideração da personalidade jurídica.
- e. Contrato individual do trabalho: conceito, elementos e modalidades. Contrato de trabalho e contratos afins (locação de serviços, prestação de serviços, empreitada, sociedade, mandato, representação comercial e parceria rural). Cooperativas. Contratos especiais e profissões regulamentadas.
- f. Remuneração e salário. Conceito. Componentes do salário. Modalidades. Parcelas não-salariais. 13º salário. Participação nos lucros e resultados. Equiparação salarial.
- g. Alteração do contrato de trabalho. Efeitos. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.
- h. Paralisação temporária ou definitiva do trabalho em decorrência do *factum principis*.
- i. Força maior no direito do trabalho.
- j. Extinção do contrato de trabalho. Espécies. Justas causas de despedida do empregado. Culpa recíproca. Despedida indireta. Dispensa arbitrária. Direitos do empregado decorrentes da extinção. Aviso prévio. Programas de demissão voluntária.
- k. FGTS.

- l. Estabilidade. Garantia no emprego. Despedida do empregado estável. Reintegração, readmissão e indenização.
- m. Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Intervalos. Trabalho extraordinário e trabalho noturno. Sistemas de prorrogação e compensação de horas. Trabalho em regime de tempo parcial. Adicionais.
- n. Férias. Direitos do empregado, épocas de concessão e remuneração.
- o. Descanso semanal remunerado.
- p. Segurança e higiene do trabalho. Insalubridade e periculosidade.
- q. Trabalho da mulher.
- r. Trabalho do menor.
- s. Direito coletivo. Organizações sindicais: natureza jurídica, criação, administração e dissolução de sindicatos. Acordos e convenções coletivas de trabalho. Mediação e arbitragem. Direito de greve. Serviços essenciais. Condutas antissindicais e consequências.
- t. Direito processual do Trabalho. Fontes. Princípios. O *jus postulandi*.
- u. Justiça do Trabalho. Organização. Competência. As alterações introduzidas pela Emenda Constitucional n.º 45/2004.
- v. Seguridade. Natureza, fontes e princípios. Eficácia e interpretação das normas de Seguridade. 24. Regime geral. Segurados e dependentes. Inscrição e filiação. Qualidade de segurado. Manutenção e perda.
- x. Seguridade Social. Saúde, Previdência e Assistência. Distinções.
- y. Previdência Social Rural e Previdência Social Privada. Regimes especiais. Regime previdenciário do servidor estatutário. Previdência complementar.
- z. Custeio. Salário de contribuição. Limites. Reajustes.
- aa. Prestação. Carência. Benefícios. Renda Mensal Inicial. Aposentadorias, auxílios e pensões. Prescrição.
- ab. Cálculo de benefícios. Valor mínimo e máximo. Reajustes, revisões e valor real.
- ac. Serviços. Habilitação, reabilitação e serviço social.
- ad. Contribuições sociais. Natureza e espécies.
- ae. Ação previdenciária. Justificação. Tempo de serviço e tempo de contribuição. Juizado Especial Federal: questões previdenciárias.

13. Direito Internacional Penal

- a. Direito internacional penal. Conceito. Evolução histórica da criação dos crimes internacionais.
- b. Tribunal Penal Internacional. Estatuto de Roma. Competência e penas.

14. Direito Internacional dos Conflitos Armados

- a. Direitos Humanos e Direito Internacional dos Conflitos Armados.
- b. O Direito da Haia e o Direito de Genebra.
- c. Acordos assinados pelo Brasil sobre Conflitos Armados.
- d. O uso da força na Carta das Nações Unidas.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, João Carlos da S. **Direito Previdenciário Militar**. São Paulo: All Print, 2014.

ALVES-MARREIROS, Adriano. FREITAS, Ricardo. ROCHA, Guilherme. **Direito Penal Militar. Teoria Crítica & Prática**. 1ª edição. São Paulo: Editora Método, 2015. (pequena errata do livro disponível no blog da PJM/Salvador: <mpmbahiaesergipe.wordpress.com> e na página Direito Penal Militar do facebook, que fica no seguinte endereço:<<https://www.facebook.com/direitopenalmilitarBrasil/?fref=ts>>

BRASIL. Lei nº 4375 de 17 de agosto de 1964. **Lei do Serviço Militar**.

_____. **Constituição Federativa do Brasil – 1988**, com todas suas Emendas.

_____. Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967 que dispõe sobre a **prestação do serviço militar pelos estudantes de medicina, farmácia, odontologia e veterinária** e dá outras providências

_____. Lei nº 12.336, de 26 de outubro de 2010 que altera as Leis n. 4.375, de 17 de agosto de 1964 e n. 5.292 de 8 de junho de 1967.

_____. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre os **Estatutos dos Militares**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 dez. 1988.

_____. Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992. **Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 set. 1992.

_____. Lei 10.826/2003. Dispõe sobre **registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM**, define crimes e dá outras providências.

_____. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a **Lei de Execução Penal**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

_____. Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986. Dispõe sobre o **Código Brasileiro de Aeronáutica**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 de dezembro de 1986 retificado em 30 de dezembro de 1986.

_____. Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre **os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal**, e determina outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 Jul 1990.

_____. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre **o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 abr. 1991.

_____. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a **organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio**, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jul. 1991.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, **institui normas para licitações e contratos da administração pública** e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jun. 1993, republicado e retificado em 6 jul. 1994.

_____. Lei nº 9.614, de 5 de Março de 1998. Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para **incluir hipótese destruição de aeronave**. DOU em 6 de Março de 1998.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção

Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

_____. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad**; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 ago. 2006.

_____. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que **dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal** e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 ago. 2009.

_____. Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009. **Disciplina o mandato de segurança individual e coletivo** e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 ago. 2009.

_____. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. **Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal**; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 ago. 2013. Edição extra.

_____. Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a **organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União**.

_____. Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999 (atualizada pelas Leis Complementares n. 117 e 136)

_____. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece **normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal** e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 maio 2000.

_____. Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal Militar**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 out. 1969.

_____. Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. **Código de Processo Penal Militar**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 out. 1969.

_____. Decreto-lei nº 1.004, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 out. 1969. (Código Penal de 1969 que não entrou em vigor)

_____. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 dez. 1940.

_____. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o **Regulamento da Previdência Social**, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 maio 1999 e Republicado no Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 ago. 1998 e Retificado no Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 jun. 1999 e 21 jun. 1999.

_____. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 out. 1941.

_____. Decreto-lei nº 4.307, de 18 de julho de 2002. Regulamenta a Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a **reestruturação da remuneração dos militares das**

Forças Armadas, altera as Leis nos 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul. 2002. _____ . Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975 Aprova o **Regulamento Disciplinar da Aeronáutica** (RDAer).

_____. Decreto nº 88.545/1983, de 26 de julho de 1993. Aprova o **Regulamento Disciplinar para a Marinha** e dá outras providências.

_____. Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. Aprova o **Regulamento Disciplinar do Exército** (R-4) e dá outras providências.

_____. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a **Consolidação das Leis do Trabalho**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1943.

_____. Decreto nº 5.144 de 16 de julho de 2004. Regulamenta os §§ 1º, 2º e 3º do art. 303 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o **Código Brasileiro de Aeronáutica**, no que concerne às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins. DOU de 19 de julho de 2004

_____. Decreto nº 57.654 de 20 de janeiro de 1966. **Regulamenta a Lei do serviço Militar**.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Volumes I, II e III. Porto Alegre: SAFE, 2003.

COÊLHO, Yuri Carneiro. **Curso de Direito Penal Didático**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

COUTO, Reinaldo. **Curso de Direito Administrativo**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CRETELLA NETO, José. **Curso de Direito Internacional Penal**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 15ª ed. São Paulo: LTR, 2016.

EDUARDO, Ítalo Romano; EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. **Curso de Direito Previdenciário**. 11ª ed. São Paulo: Método, 2015.

GOLDFINGER, Fábio Ianni. **O Papel do Ministério Público nas Investigações Criminais no Mundo Moderno. A inconstitucionalidade do monopólio das investigações**. 1ª edição. Campo Grande: Contemplar, 2012.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LOBÃO, Célio. **Direito Processual Penal Militar**. 2ª Ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2010.

Manual Nacional do Controle Externo da atividade policial do CNPG. 2. Ed. rev. e ampl., e seus anexos I e II - Ministério Público, 2012. Disponível em: <<http://www.mpm.mp.br>>, em <mpbahiaesergipe.wordpress.com> e em outros sítios de Ministérios Públicos.

MINARDI, Josiane. **Manual de Direito Tributário**. 2ª ed. Salvador: Juspodium, 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 8ª ed. Salvador: Juspodium, 2016.

NOVELINO, Marcelo. **Curso de Direito Constitucional**. 11ª ed. Salvador: Juspodium, 2016.

PACELLI, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PINTO, Cristiano Vieira Sobral. **Direito Civil Sistematizado**. 7ª ed. Salvador: Juspodium, 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Recomendação da Procuradora-Geral de Justiça Militar, de 31 de maio de 2005. Disponível em: <<http://www.mpm.mp.br>> e em <mpbahiaesergipe.wordpress.com>.

Recomendação da Procuradora-Geral de Justiça Militar de 10 de julho de 2008. Disponível em: <<http://www.mpm.mp.br>> e em <mpbahiaesergipe.wordpress.com>.

Recomendação da Procuradora-Geral de Justiça Militar de 29 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www.mpm.mp.br>> e em <mpbahiaesergipe.wordpress.com>.

SOUZA, Monica Teresa Costa. **Direito Internacional Humanitário**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2007.

Súmulas do Superior Tribunal Militar.

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal.

THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental**. 6ª ed. Salvador: Juspodium, 2016.

Blog de orientação à policia judiciária militar da Procuradoria de Justiça Militar em Salvador: <mpbahiaesergipe.wordpress.com>

**RELAÇÃO DE ASSUNTOS E BIBLIOGRAFIA INDICADAS PARA O
CONCURSO DE ADMISSÃO / 2016 AO CURSO DE FORMAÇÃO DE
OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR / 2017**

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ÁREA: ENFERMAGEM

RELAÇÃO DE ASSUNTOS

1. Administração em saúde e administração aplicada à enfermagem

- a. Qualidade dos serviços de saúde:
 - 1) indicadores de qualidade em saúde; e
 - 2) sistema de Informação em Saúde.
- b. Organização e gerenciamento de serviços de enfermagem no hospital.
- c. Gestão do processo de trabalho:
 - 1) gestão de pessoas;
 - 2) cálculo, distribuição e dimensionamento de pessoal de enfermagem nos diferentes setores de um hospital;
 - 3) trabalho em equipe;
 - 4) instrumentos e meios de trabalho;
 - 5) relações de trabalho;
 - 6) comunicação; e
 - 7) liderança.
- d. Seleção de pessoal, capacitação e supervisão como processo de desenvolvimento permanente da equipe.
- e. Administração de recursos materiais, planejamento, utilização, requisição, controle e avaliação.
- f. Auditoria em enfermagem.
- g. Saúde do trabalhador de enfermagem.

2. Fundamentos teóricos e práticos de enfermagem

- a. Métodos, cálculos, vias e cuidados na administração de medicamentos, hemocomponentes, hemoderivados e soluções.
- b. Semiologia e Semiotécnica aplicadas em Enfermagem.
- c. Sistematização da Assistência de Enfermagem.
- d. Segurança do paciente.
- e. Biossegurança.

3. Enfermagem na atenção médico cirúrgica

- a. Cuidados de enfermagem ao paciente com problemas nos sistemas orgânicos neurológico, respiratório, cardiovascular, digestório, renal, urológico, ginecológico, endócrino, hematológico, musculoesquelético e dermatológico.
- b. Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) para pacientes com alterações clínicas e cirúrgicas.
- c. Teoria e prática do cuidado de feridas e ostomias.
- d. Assistência de Enfermagem perioperatória.
- e. Assistência de enfermagem em centro cirúrgico e centro de material esterilizado.
- f. Ações de enfermagem na prevenção, controle e combate à infecção hospitalar.
- g. Processamento de artigos médico-hospitalares.

4. Enfermagem em emergência e cuidados intensivos

- a. Assistência de enfermagem em situações de urgência e emergência:
 - 1) suporte de vida em situações de traumatismos em geral;
 - 2) suporte de vida em situações de queimaduras;
 - 3) suporte de vida em situações de dores torácica-abdominais;
 - 4) suporte de vida em situações de edema agudo de pulmão;
 - 5) suporte de vida em situações de crise hipertensiva;
 - 6) suporte de vida em situações de infarto agudo do miocárdio;
 - 7) suporte de vida em situações de acidente vascular encefálico;
 - 8) suporte de vida em situações de estados de choque;
 - 9) suporte de vida em situações de parada cardiorrespiratória;
 - 10) suporte de vida em situações de intoxicações exógenas; e
 - 11) suporte de vida em situações de acidente ofídico.
- b. Atuação do Enfermeiro no atendimento pré-hospitalar.
- c. Assistência de Enfermagem em Unidades de Terapia Intensiva.
- d. Condutas de enfermagem para o paciente grave e em fase terminal.
- e. Atendimento de urgência e emergência em desastres naturais e catástrofes.
- f. Acolhimento com avaliação e classificação de risco
- g. Captação, Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos.

5. Enfermagem na saúde do idoso

- a. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
- b. O cuidado em enfermagem a pessoa idosa e sua família no ambiente doméstico e na institucionalização.
- c. Sistematização da assistência de enfermagem ao idoso com alterações da saúde em situações clínicas e cirúrgicas.

6. Enfermagem em saúde mental

- a. Política Nacional de Saúde Mental.
- b. A rede de cuidados em saúde mental.
- c. Processos patológicos e contexto psicossocial da doença mental.
- d. Assistência de enfermagem ao paciente com transtorno mental.
- e. Emergências psiquiátricas.
- f. Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras drogas

7. Enfermagem em saúde coletiva e políticas públicas

- a. Evolução histórica da saúde pública e das políticas de saúde no Brasil.
- b. Política Nacional de Atenção Básica
- c. Perfil epidemiológico da população brasileira.
- d. A vigilância sanitária, epidemiológica e vigilância à saúde.
- e. Doenças transmissíveis mais prevalentes no Brasil.
- f. Programas de Saúde:
 - 1) Saúde da Família;
 - 2) Hipertensão e Diabetes;
 - 3) DST/AIDS;
 - 4) Programa Nacional de Imunização;
 - 5) Controle da tuberculose;
 - 6) Programa Nacional de Combate à Dengue, Zica e Chikungunya;
 - 7) Saúde do Trabalhador;
 - 8) Doação de Sangue e Órgãos;
 - 9) Política Nacional de Atenção às Urgências;
 - 10) Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem

- 11) Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas
- 12) Saúde Ambiental; e
- 13) Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.

8. Deontologia e ética de enfermagem

- a. Legislação de enfermagem.
- b. Ética e a bioética na enfermagem

BIBLIOGRAFIA

Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização - SOBECC. Práticas Recomendadas SOBECC. 6 ed. rev. e atual. São Paulo, SP: SOBECC; São Paulo: Manole, 2013.

ATLS - Suporte Avançado de Vida no Trauma para Médicos. 8.ed. Editora Elsevier, 2008.

BARROS, A.L.B.L. **Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto**. Porto Alegre: Artmed, 2^a ed., 2010.

BONGARD, F.S.; SUE, D.Y. (org). **Terapia intensiva: diagnóstico e tratamento**. Tradução: OLIVEIRA, G.L.; BUCHELE, G.L.; MICHELS, O.A.; MICHELS JR, V. 2^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BRASIL. Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: [s.n], 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm

_____. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças Relacionadas ao Trabalho: Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. - 2^a edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância ambiental em saúde: textos de epidemiologia / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva - Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS - **Acolhimento com Avaliação e Classificação de Risco: um Paradigma Ético-estético no Fazer em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 48p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção às urgências / Ministério da Saúde. – 3. ed. ampl. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Manual de Medicina de Desastres**. 3. ed. / Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília, DF: MI, 2007. v.1.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de Vigilância Epidemiológica de Eventos Adversos Pós-vacinação**. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 184p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. 7. ed. Brasília, DF: [S.l.] 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Preparação e resposta à introdução do vírus Chikungunya no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Febre de chikungunya: manejo clínico / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Plano de Contingência Nacional para a Febre de Chikungunya / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus zika [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico - Volume 46 - nº 26 - 2015 - Febre pelo vírus Zika: uma revisão narrativa sobre a doença. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/agosto/26/2015-020-publica----o.pdf>

_____. Portaria nº 2.600, de 21 de outubro de 2009. Aprova o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes. Brasília, DF: [s.n], 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2600_21_10_2009.html

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento**. Brasília, 2010. 44p. (Série Pactos pela Saúde, 2006, v.12).

_____. Ministério da Saúde. **Doenças Infecto Parasitárias: Guia de Bolso**. 8.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 444p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Guia para o uso de hemocomponentes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção a Saúde, Departamento de Atenção Especializada.** Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de vigilância Sanitária. **Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfície.** Brasília: ANVISA, 2010. 116p.

_____. Lei nº 141 de 13 de janeiro de 2012. Brasília, DF: [s.n], 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp141.htm.

_____. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica/Ministério da Saúde.** Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde mental.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 128 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 160 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 176 p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Fórum Nacional de Saúde Mental Infantojuvenil: recomendações: de 2005 a 2012 / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.** Brasília: Ministério Saúde, 2007. 192.p.

BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 12.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 2404p.

CARPENITO-MOYET, L. J. **Diagnósticos de Enfermagem Aplicação à Prática Clínica.** 13.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2012.

CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração: abordagens prescritivas e normativas.** São Paulo: Manole, 7ª ed., 2014

COFEN. Resolução COFEN 292/2004. Normatiza a atuação do Enfermeiro na Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos.

COFEN. Resolução 293 de 21 de setembro de 2004. Fixa e Estabelece Parâmetros para o Dimensionamento do Quadro de Profissionais de Enfermagem nas Unidades Assistenciais das Instituições de Saúde e Assemelhados.

COFEN. **Resolução COFEN 311/2007**. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

COFEN. **Resolução COFEN 358/2009, de 27 de agosto de 2002**. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências.

CRAVEN, R. F.; HIRNLE, C. J. **Fundamentos de Enfermagem Saúde e Função Humanas**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2006.

Diretrizes Básicas para Captação e Retirada de Múltiplos Órgão e Tecidos da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos / [coordenação executiva Roni de Carvalho Fernandes, Wangles de Vasconcelos Soler; coordenação geral Walter Antonio Pereira]. -- São Paulo: ABTO - Associação Brasileira de Transplante de Órgãos, 2009.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Ensinando a Cuidar em Saúde Pública**. 3. ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2012.

FILHO, N. A.; ROUQUAYROL, M. Z. **Introdução à Epidemiologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

FREITAS. Elizabete Viana et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 3ª ed., 2011.

GONÇALVES L.H.T, TOURINHO F.S.V. **Enfermagem no cuidado ao idoso hospitalizado**. Barueri: Manole; 2012.

KNOBEL, E. **Terapia Intensiva: Enfermagem**. São Paulo: Editora Atheneu, 2006.

MARQUIS, B.L.; HUSTON, C.J. **Administração e Liderança em Enfermagem: Teoria e Prática**. ARTMED, 6ªed. 2010.

MEEKER, M. H.; ROTHROCK, J. C. **Cuidados de enfermagem ao paciente cirúrgico**. 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MOURA, A.; VIRIATO, A. **Gestão Hospitalar da Organização ao Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico**. Barueri, SP: Manole, 2008.

MORTON, Patricia Gonce et al. **Cuidados Críticos de Enfermagem: uma abordagem holística**. 9ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

MOZACHI, N. **O Hospital: manual do ambiente hospitalar**. 9.ed. Curitiba: Os Autores, 2007.

OGUISSO, T.; SCHIMIDT, M. J. **O Exercício da Enfermagem: uma Abordagem Ético-legal**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 344p.

Organização Mundial da Saúde. **Segundo Desafio Global para a Segurança do Paciente: Cirurgias Seguras Salvam Vidas (orientações para cirurgia segura da OMS) /Organização Mundial da Saúde**. Rio de Janeiro: Organização Pan-Americana de Saúde; Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2009.

- POGGETTI, R. S. (trad.). **Atendimento Pré-hospitalar ao Traumatizado: Básico e Avançado / Comitê do PHTLS da National Association of Emergency Medical Technicians; Colégio Americano de Cirurgiões.** 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A. **Manual de Psiquiatria Clínica Referência Rápida.** 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2012.
- SANTOS, S.R. **Administração Aplicada à Enfermagem.** 3 ed. João Pessoa: Ideia, 2007.
- SANTOS, N.C.M. **Urgência e emergência para a enfermagem: do atendimento pré-hospitalar (APH) à sala de emergência.** 6.ed. São Paulo: Iátria, 2011.
- SILVA, R. C. L.; FIGUEIREDO, N. M. A.; MEIRELLES, I. B. **Feridas: Fundamentos e Atualizações em Enfermagem.** 3.ed. São Paulo: Yendis, 2011. 544p
- SOBECC. **Práticas Recomendadas SOBECC, Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização.** 5. ed. São Paulo: SOBECC, 2009.
- TROCHIN, D. M. R. et al. **Gerenciamento em Enfermagem /** Coordenadora Paulina Kurgant. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
- VIDEBECK, S. L. **Enfermagem em saúde mental e psiquiatria.** Tradução: SALES, D. R.; GARCEZ, R. M. 5ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 535p.

**RELAÇÃO DE ASSUNTOS E BIBLIOGRAFIA INDICADAS PARA O CONCURSO DE
ADMISSÃO / 2016 AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO
COMPLEMENTAR / 2017**

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ÁREA: INFORMÁTICA

RELAÇÃO DE ASSUNTOS

1. Microinformática

a. Sistema operacional Linux: Comandos básicos e avançados (incluindo *shell script* e expressões regulares); Instalação, configuração e administração (incluindo gerenciamento de processos e serviços) dos seguintes subsistemas: núcleo do sistema, interface com usuário, arquivos e dispositivos de armazenamento de dados, segurança, usuários e grupos de usuários, comunicação de dados (incluindo redes) e periféricos;

b. Microcomputadores baseados na arquitetura IBM-PC com microprocessadores Intel: Conceitos sobre os principais periféricos (monitor de vídeo, teclado, dispositivos apontadores, impressoras, scanners, câmeras de vídeo, dispositivos de áudio); Conceitos sobre memórias eletrônicas (RAM, ROM, EPROM, FLASH), magnética (discos e fitas), ópticas (CD, DVD); Firmware (BIOS); Interfaces de comunicação de dados (incluindo USB, Bluetooth, Ethernet, VGA, DVI, HDMI, DisplayPort e Thunderbolt); Barramentos; Sistemas de refrigeração, energia e nobreak; Operação e administração dos sistemas de armazenamento (interfaces IDE, SCSI, SATA e SAS, discos magnéticos e de estado sólido, configurações RAID).

2. Sistemas de computação

a. Representação da informação: Sistemas de numeração (incluindo bases numéricas e conversão entre bases); Representação de números, caracteres e símbolos;

b. Estrutura de Computadores: Álgebra booleana e Lógica binária; Portas lógicas; Circuitos Combinacionais; Circuitos Sequenciais;

c. Arquitetura de Computadores: Aritmética binária para números inteiros e para número reais (ponto fixo e ponto flutuante); Elementos de um processador; Modos de endereçamento; Paradigmas RISC e CISC; Barramentos; Sistema de memória (organização, tipos e hierarquia); Sistema de entrada/saída; Arquiteturas avançadas (pipeline e cache);

d. Sistemas operacionais locais e distribuídos: gerenciamento de processos; escalonamento, sincronização e intercomunicação de processos; gerenciamento de memória; gerenciamento de arquivos; gerenciamento de entrada/saída; Virtualização;

e. Computação de alto desempenho: Conceitos; Arquiteturas paralelas (incluindo multicore, clusters e GPU); Ambientes e linguagens para programação em arquiteturas de alto desempenho (incluindo MPI, OpenMP, OpenCL, OpenGL e CUDA);

f. Computação em nuvem: Conceitos; Tipos de serviço; Segurança; Desenvolvimento de Aplicações;

g. Segurança: Certificação digital; Políticas e Protocolos de segurança; Mecanismos de detecção e proteção contra ataques e invasões; Normas de Segurança da Informação no âmbito nacional (aprovadas pela ABNT); Criptografia; Antivírus.

3. Comunicação de dados

a. Sistemas de Transmissão de Dados: conceitos, componentes e topologia; modulação; modos de transmissão de dados;

b. Redes de computadores: conceitos, topologias e principais componentes; Qualidade de Serviços; Protocolos de comunicação e roteamento (incluindo os padrões OSI/ISO, TCP/IP e ITU-T); Redes sem fio; Protocolos e serviços para Voz sobre IP (VoIP) e *streaming* de áudio e vídeo;

c. Segurança de redes: Políticas, Equipamentos e Protocolos de segurança para redes (incluindo *Virtual Private Network* – VPN); Mecanismos de detecção e proteção contra ataques e invasões; Monitoramento e análise de tráfego.

4. Técnicas de programação

- a. Lógica aplicada: algoritmos, técnicas de construção de algoritmos, resolução de problemas.
- b. Estrutura de dados: vetores, matrizes, cadeia de caracteres, listas lineares, pilhas, filas, árvores, grafos, pesquisa de dados, classificação de dados, estruturas e tipos abstratos de dados, recursividade, eficiência e complexidade.
- c. Programação estruturada: refinamentos sucessivos, estruturas em blocos, estruturas de controle de fluxo, programação modular, rotinas, subrotinas, procedimentos e funções (Linguagem C).
- d. Programação orientada a objetos: classes e objetos, polimorfismo, herança, interface, linguagens orientadas a objetos (Linguagens C++, Python e Java).
- e. Linguagens de programação para a internet: JAVA, J2EE, PHP, EJB, JSP, SERVLETS, JNDI, JDBC e XML.

5. Análise, projeto de sistemas e serviços de TI

- a. Sistemas de informação: conceitos e definições básicas, componentes de sistemas de informação, sistemas de informação operacional e gerencial, sistema de apoio a decisão, ciclo de vida de sistemas de informação.
- b. Levantamento de sistemas: técnicas de levantamento - observação pessoal, questionário, entrevista e JAD.
- c. Análise essencial de sistemas: conceitos e definições básicas, estratégias e ferramentas da modelagem essencial, atividades essenciais, Diagrama de Fluxo de Dados (DFD), construção e utilização de dicionário de dados, tabelas e árvores de decisão.
- d. Projeto estruturado de sistemas: conceitos e definições básicas, ferramentas do projeto estruturado, especificação estruturada, métodos para especificação de módulos, acoplamento, coesão, análise de transformação, análise de transação, packaging, implementação, otimização e administração do projeto estruturado.
- e. Análise e projeto orientados a objeto: Linguagem UML (UnifiedModelingLanguage) e diagramas relacionados.
- f. Qualidade de Software: Processo de Software (CMM, CMMI e desenvolvimento ágil), qualidade (ISO), metodologias e padrões, teste de software.
- g. Gerenciamento de Serviços de TI: Conceitos da Biblioteca ITIL.
- h. Governança de TI: Modelo COBIT
- i. Gerenciamento de projetos com PMBOK.
- j. Análise de pontos de função.
- k. Atos normativos do MPOG/SLTI: Instrução Normativa nº 2/2008 (alterada pela Instrução Normativa nº 3/2009); Instrução Normativa nº 4/2010.

6. Arquivos e banco de dados

- a. Organização de arquivos: conceito e definições, estruturas de armazenamento de dados; modelo relacional, modelo hierárquico, modelo de rede, comparação entre os três modelos, modelo orientado a objetos, arquivos com organização sequencial, sequencial indexado, relativo, direto, invertido, árvore B e compressão de dados.
- b. Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD): princípios, conceitos e objetivos dos sistemas de banco de dados, usuários de bancos de dados.
- c. Modelo de dados: Modelagem de dados conceitual, lógica e física; Modelo de Entidade-Relacionamento (ER); modelagem semântica, mapeamento de projetos de banco de dados ER em um projeto relacional, normalização (formas normais).
- d. Linguagem SQL: Linguagem de Manipulação de Dados; Linguagem de Definição de Dados; Linguagem de Controle de Dados; Linguagem de Transação de Dados; Linguagem de Consulta de Dados; Conceitos relativos a objetos do banco de dados: Visões, Procedimentos Armazenados, Gatilhos, Funções.

e. Administração de sistemas de banco de dados: componentes do SGBD, segurança de dados, gerenciamento de transações e controle de concorrência, indexação, recuperação à falhas, otimização de consultas.

f. Bancos de Dados Multidimensionais: BD Relacionais x BD Multidimensionais; Conceitos de OLTP, OLAP, MOLAP, ROLAP; Definições: Fatos, Dimensões; Modelagem Multidimensional e Conceitos de Datawarehouse; Descoberta de Conhecimento e Mineração de Dados (*Data Mining*).

BIBLIOGRAFIA

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO/IEC 27001:2013 – Tecnologia da informação – Técnicas de segurança – Sistemas de gestão da segurança da informação – Requisitos**. Rio de Janeiro: ABNT, 08 de dezembro de 2013.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO/IEC 27002:2013 – Tecnologia da informação – Técnicas de segurança – Código de prática para controles de segurança da informação**. Rio de Janeiro: ABNT, 08 de dezembro de 2013.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO/IEC 27003:2011 Versão Corrigida:2015 – Tecnologia da informação – Técnicas de segurança – Diretrizes para implantação de um sistema de gestão da segurança da informação**. Rio de Janeiro: ABNT, 04 de novembro de 2011.
- ALVES, Fábio Junior. **Introdução à linguagem de programação Python**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013.
- MENEZES, Nilo Ney Coutinho. **Introdução à programação com Python: algoritmos e lógica de programação para iniciantes**. 1.ed. São Paulo: Novatec, 2013
- BOOCH, Grady; RUMBAUCH, James; JACOBSON, Ivar. **UML: Guia do Usuário**. [S.l.]: Editora Campus, 2006.
- BOM, Jan van. **ITIL: Guia de Referência**. Editora Campus, 2012.
- BOND, Martin. **Aprenda J2EE com EJB, JSP, Servlets, JNDI, JDBC e XML**. São Paulo: Makron Books.
- CARVALHO, L.A.V. **Datamining: a mineração de dados no Marketing, Medicina, Economia, Engenharia e Administração**. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2005.
- CHEE, Brian J. S.; JR, Curtis Franklin. **Computação em Nuvem – Cloud Computing**. M. Books, 2013
- CHRISSIS, M.; KONRAD, M.; SHRUM, S. **CMMI®: Guidelines for Process Integration and Product Improvement**. SEI Series, EUA: Addison-Wesley, 2003.
- COMER, Douglas. **Interligação em rede com TCP/IP – VOL. 1: princípios, protocolos e arquitetura** – 6. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- CRAIG, Larman. **Utilizando UML e Padrões: uma introdução à análise e projeto orientados a objetos**. 3. ed. [S.l.]: Bookman, 2007.
- DATE, C. J. **Introdução ao Sistema de Banco de Dados**. 8. ed. [S.l.]: Editora Campus, 2004.
- DAVIS, Michele E.; PHILLIPS, Jon A. **Aprendendo PHP e MySQL**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008.
- DEITEL, H. M. **JAVA Como Programar**. 8. ed. [S.l.]: Editora Bookman, 2010.
- DEITEL, Paul J.; DEITEL, Harvey M. **C++ como programar**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- FARMER, Dan. **Perícia Forense Computacional – Teoria e Prática**. Editora Prentice Hall Brasil, 2006.
- FEDELI, Ricardo Daniel; FEDELI, Ricardo Daniel; POLLONI, Enrico Giulio Franco. **Introdução à ciência da computação** – 2. ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- GAMMA, Erich et al. **Padrões de Projeto: Soluções Reutilizáveis de Software Orientado a Objetos**. [S.l.]: Bookman, 2005.
- GUIMARÃES, Ângelo de Moura; LAGES, Newton de Castilho. **Algoritmos Estruturados de Dados**. [S.l.]: Editora LTC, 1994.
- HELDMAN, Kim. **Gerência de Projetos: Guia para o Exame Oficial do PMI**. 3. ed. [S.l.]: Editora Campus, 2006.
- ISACA. **COBIT 5. A Business Framework for the Governance and Management of Enterprise IT**. Brazilian Portuguese Version.
- JARGAS, Aurelio Marinho. **Expressões regulares: Uma abordagem divertida** – 4. ed. – São Paulo: Novatec Editora, 2012.
- _____. **Shell Script Profissional**. São Paulo: Novatec Editora, 2008.

KIMBALL, Ralph. **Data warehouse toolkit: o guia completo para modelagem multidimensional**, CAMPUS, 2002.

MAGALHÃES, I. L.; PINHEIRO, W. B., **Gerenciamento de Serviços de TI na Prática: uma abordagem com base na ITIL**. [S.l.]: Novatec Editora, 2007.

LECHETA, Ricardo R. **AWS para desenvolvedores**. São Paulo: Novatec Editora, 2014.

MCCLURE, S., SCAMBRA, J. e KURTZ, G. **Hackers Expostos 7: Segredos e Soluções para a Segurança de Redes**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

MENAMIN, Stephen M.; PALMER, John F. **Análise Essencial de Sistemas**. [S.l.]: Editora Makron Books, 1994.

MPOG; SLTI. **Instrução Normativa nº 2**. Disponível em <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-02-de-30-de-abril-de-2008-1>.

MPOG; SLTI. **Instrução Normativa nº 4**. Disponível em <http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativa-no-04-de-12-de-novembro-de-2010>.

MONTEIRO, Mario A. **Introdução à Organização de Computadores** – 5. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MORGAN, Michael. **JAVA 2 para Programadores Profissionais**. [S.l.]: Editora Ciência Moderna, 2001.

MOTA FILHO, João E. **Descobrimo o Linux: Entenda o sistema operacional GNU/Linux** – 3. ed. – São Paulo: Novatec Editora, 2012.

NEMETH, Evi, HEIN, Trend R. e SNYDER, Garth. **Manual Completo do Linux: Guia do Administrador** – 2. ed. – São Paulo: Pearson Education, 2007.

OBREIN, James A. **Sistema de Informação e as decisões Gerenciais na Era da Internet** – 2. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2006.

PATTERSON, D.A. e HENNESSY, J.L. **Organização e Projeto de Computadores: A Interface Hardware/Software** – 4. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

_____. **Arquitetura de Computadores: Uma abordagem quantitativa** – 5. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PEDRONI, V.A. **Eletrônica Digital Moderna e VHDL**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PETERSON, Larry L. e DAVIE, Bruce S. **Redes de Computadores: uma abordagem de sistemas** – 5. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PRADO, Edmir P.V. e DE SOUZA, Cesar A. **Fundamentos de Sistemas de Informação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PRESSMAN, Roger S. **Engenharia de Software**. 6. ed. [S.l.]: Editora McGraw-Hill, 2006.

SAAD, Joel. **C++: guia de consulta rápida**. São Paulo: Editora Novatec, 2004.

SILBERSCHATZ, A., e KORTH, S. e SUDARSHAN, S. **Sistema de Banco de Dados**. 4. ed. Makron Books, 2005.

SILBERSCHATZ, A., GALVIN, P.B. e GAGNE, G. **Fundamentos de Sistemas Operacionais** – 9. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

STALLINGS, W. **Criptografia e Segurança de redes** – 4.ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

_____. e BROWN, L. **Segurança de computadores: princípios e práticas** – 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

TANENBAUM, Aaron M.; LANGSAM, Yedidyah; AUGENSTEIN, Moshe J. **Estruturas de Dados Usando C**. [S.l.]: Makron Books, 1995.

TANENBAUM, Andrew S. **Organização Estruturada de Computadores** – 5. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

_____. **Sistemas Operacionais Modernos** – 3. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

_____. e WETHERAAL, David J. e **Redes de Computadores** – 5. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

TOCCI, Ronald J., WIDMER, Neal S. **Sistemas digitais: princípios e aplicações** – 10. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

VEIGA, Roberto G.A. **Comandos do Linux: guia de consulta rápida**. São Paulo: Editora Novatec, 2004.

VELOSO, Paulo et al. **Estrutura de Dados**. [S.l.]: Editora Campus, 1983.

WARD, Bryan. **Como o Linux Funciona: O que todo superusuário deveria saber**. São Paulo: Editora Novatec, 2015.

YOURDON, Edward; CONSTANTINE, Larry L. **Projeto Estruturado de Sistemas**. [S.l.]: Editora Campus, 1990.

**RELAÇÃO DE ASSUNTOS E BIBLIOGRAFIA INDICADAS PARA O CONCURSO DE
ADMISSÃO / 2016 AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO
COMPLEMENTAR / 2017**

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ÁREA: VETERINÁRIA

RELAÇÃO DE ASSUNTOS

1. Bioética, comportamento e bem-estar animal

- a. Ética e bioética.
- b. Comportamento e bem-estar animal: avaliação de bem-estar; comportamento social e de reprodução; manejo, transporte e controle humanitário; comportamento anormal.
- c. Boas práticas para eutanásia em animais.
- d. Princípios: As cinco liberdades e os três Rs do bem-estar animal.
- e. Normas da OIE para transporte e comercialização internacional de animais.
- f. Princípios de adestramento e interação homem-animal com cães e cavalos.
- g. Diagnóstico de maus-tratos físicos, psíquicos e ambientais em animais de companhia, trabalho, produção / reprodução, experimentais e em cativeiro.

2. Biossegurança

- a. Biossegurança: conceitos e princípios.
- b. Classificação de risco de agentes biológicos e químicos.
- c. Segurança em laboratórios e estabelecimentos médicos veterinários e nas indústrias e estabelecimentos de produtos de origem animal.
- d. Diretrizes para o trabalho em contenção com agentes biológicos.
- e. Organismos geneticamente modificados (OGM)

3. Fauna silvestre

- a. Procedimentos para destinação de animais silvestres.
- b. Manejo sanitário, biossegurança e imunoprofilaxia.
- c. Técnicas de captura e contenção físico-química.
- d. Acidentes por animais peçonhentos: ofidismo, escorpionismo, araneísmo e lepidopterismo.
- e. Legislação sobre fauna doméstica e exótica em risco de extinção.
- f. Definição de animais em extinção

4. Epidemiologia e saúde pública

- a. Conceitos básicos da epidemiologia. Ecologia da doença. Dinâmica de transmissão de doenças. Indicadores de saúde. Métodos empregados em epidemiologia
- b. Vigilância epidemiológica.
- c. Vigilância em saúde: zoonoses e doenças de notificação obrigatória.
- d. Defesa Sanitária Animal.
- e. Conceito de Saúde Única e suas implicações na medicina veterinária.
- f. Cálculos de incidência e prevalência

5. Sanidade animal

- a. Etiologia, patogenia, epidemiologia, fisiopatologia, imunologia, sintomatologia, diagnóstico, tratamento, profilaxia e controle de doenças importantes em defesa sanitária animal:
 - Febre aftosa, brucelose, botulismo, tuberculose, linfadenite, febre catarral maligna, carbúnculo hemático, estomatite vesicular, encefalopatia espongiiforme bovina, leptospirose, raiva, artrite encefalite caprina, Maedi-visna, ectima contagioso, doença de Newcastle, laringotraqueíte infecciosa, malária, febre maculosa, doença de Lyme, influenza aviária, influência suína, dengue e outras flaviviruses, febre chikungunya, tripanosomíases.

b. Etiologia, patogenia, epidemiologia, fisiopatologia, imunologia, sintomatologia, diagnóstico, tratamento, profilaxia e controle das seguintes doenças:

- Equinos: anemia infecciosa, encefalites virais, influenza, tétano, mormo, raiva, sarnas, helmintíases equinas, ectoparasitoses de equinos.
- Caninos: traqueobronquite infecciosa, cinomose, hepatite viral canina, parvovirose, raiva, leptospirose, erliquiose, leishmaniose, babesiose, ixodidose, escabiose, demodicose, pediculose, pulicose, helmintíases caninas.

6. Higiene, inspeção e segurança de alimentos

a. Mecanismos patogênicos, fontes de contaminação e vias de transmissão de microrganismos aos alimentos.

b. Princípios e diretrizes das inspeções industrial e sanitária da carne e leite e seus derivados.

c. Segurança alimentar: doenças transmitidas por alimentos (DTA), boas práticas de fabricação (BPF), análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC).

7. Farmacologia e Toxicologia Veterinária

a. Anti-inflamatórios esteroidais e não esteroidais.

b. Agentes antimicrobianos, antifúngicos e antiparasitários.

c. Toxicantes: químicos, minerais e plantas tóxicas.

d. Doping, controle antidoping, substâncias controladas para equinos e funcionamento dos testes antidoping.

e. Diagnóstico de envenenamento em cães e animais silvestres.

8. Clínica médica veterinária (caninos e equinos)

Diagnóstico, tratamento clínico e enfermagem de afecções dos sistemas digestório, respiratório, circulatório, renal, endócrino, hematopoiético, neurológico, tegumentar e locomotor.

9. Cirurgia veterinária (caninos e equinos)

a. Infecção cirúrgica: fisiopatologia, profilaxia e tratamento.

b. Choque: definição, tipos, fisiopatologia e tratamento.

c. Patologia e técnicas cirúrgicas dos sistemas digestório, reprodutor e locomotor.

10. Nutrição e alimentação (caninos e equinos)

a. Fontes, funções e metabolismo de proteínas, carboidratos e lipídeos.

b. Forragens e pastagens e rações para equinos.

c. Alimentação em diversas atividades e fases de vida.

d. Funções e deficiências de vitaminas e minerais.

e. Princípios de nutrição canina.

11. Reprodução Animal (equinos e caninos)

- Equinos:

a) Ciclo estral e seu controle

b) Enfermidades reprodutivas: causas de infertilidade no macho e na fêmea; doenças transmissíveis durante a cobertura.

c) Cuidados com filhotes.

- Caninos:

a) Ciclo estral e seu controle

b) Testes de fertilidade em cães machos e espermograma.

c) Enfermidades da esfera reprodutiva: piometra em cadelas; tumores mamários e genitais em cães e cadelas.

d) Cuidados com ninhadas.

12. Legislações, Instruções e Normas do Exército relacionadas à Medicina Veterinária.

a. Portaria Nº 036-DGS, de 16 de dezembro de 1999. Aprova as Instruções Reguladoras das Atividades de Remonta e Veterinária, em Tempo de Paz (IR 70-19).

b. Portaria N º 02-D Log, de 16 de outubro de 2008. Aprova Normas para Inspeção de Alimentos e Bromatologia (NIAB).

c. Portaria nº 18 COLOG, de 14 de dezembro de 2010. Aprova as Normas para Controle de Caninos no Exército Brasileiro (NORCCAN).

- d. Portaria Normativa nº 219/MD, de 12 de fevereiro de 2010. Aprova o Manual de alimentação das Forças Armadas.
- e. Portaria Nº 6 - COLOG, de 16 de outubro de 2012. Aprova o Catálogo de Especificações dos Artigos de Subsistência (CEAS).
- f. Portaria nº 006, de 22 de julho de 2013. Aprova as Normas para Controle de Equinos no Exército Brasileiro (NORCE).
- g. Portaria Normativa nº 753/MD de 30 de março de 2015. Aprova o Regulamento de Segurança dos Alimentos das Forças Armadas – MD42-R-01.

BIBLIOGRAFIA

1. LICHTMAN, A.H.; ABBAS, A.K.; PILLAI, S. **Imunologia Celular e Molecular**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2015. 552 p.
2. AUER, J. A.; STICK, J.A. **Equine Surgery**. 4th ed. Philadelphia: W B Saunders Company, 2012. 960p.
3. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Manual de Legislação: programas nacionais de saúde animal do Brasil / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Saúde Animal. – Brasília : MAPA/SDA/DSA, 2009. 440 p. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/Manual%20de%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20-%20Sa%C3%BAde%20Animal%20-%20low.pdf>. Acesso em: março de 2016.
4. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Instrução Normativa nº 62 de 29 de dezembro de 2011 do MAPA. Aprovar o Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Cru Refrigerado, o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Pasteurizado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, altera IN 51/2002. Disponível em: <http://www.leitedascrianças.pr.gov.br/arquivos/File/legislacao/IN62_2011_MAPA.pdf> Acesso em: março de 2016
5. BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento-Geral de Serviços. Portaria N° 036-DGS, de 16 de dezembro de 1999. Aprova as Instruções Reguladoras das Atividades de Remonta e Veterinária, em Tempo de Paz (IR 70-19). Brasília – DF. <www.dabst.eb.mil.br/upados/secoes/sgrv/Fir70-19.doc&usg=AFQjCNH6gdDzADL3s0WSjWaQZTq9d7jdvA> Acesso em: março de 2016.
6. BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento Logístico. Portaria N ° 02-D Log, de 16 de outubro de 2008. Aprova Normas para Inspeção de Alimentos e Bromatologia para a Força Terrestre. Boletim do Exército nr 49/2008, de 5 de dezembro de 2008. Brasília – DF. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php/codarquivo/3D631%26act%3Dbr e&usg=AFQjCNHZcpwRLi2ay8hk0gXSILSbfpwqcQ&bvm=bv.116636494,d.Y2I> Acesso em: março de 2016.
7. BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando Logístico. Portaria nº 18 COLOG, de 14 de dezembro de 2010. Aprova as Normas para Controle de Caninos no Exército Brasileiro (NORCCAN), **Boletim do Exército**, nº 50, p.1-31, de 17 de dezembro de 2010, Brasília – DF. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php/codarquivo/3D67%26act%3Dsep&usg=AFQjCNH4Rrx96vUR5U1HU7mzQAGS239H0g&bvm=bv.116636494,d.Y2I>. Acesso em: março de 2016.
8. BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 219/MD, de 12 de fevereiro de 2010. Aprova o Manual de alimentação das Forças Armadas. Disponível em: <www.dabst.eb.mil.br/upados/secoes/sgl/legislacao/Fpor_normatica_219_md_de_alimentacao_2010.pdf&usg=AFQjCNGi7aCpq_o4UANqjGNacsZyE246NQ&bvm=bv.116636494,d.Y2I>. Acesso em: março de 2016

9. BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando Logístico. Portaria Nº 6 - COLOG, de 16 de outubro de 2012. Aprova o Catalogo de Especificações dos Artigos de Subsistência (CEAS). Disponível em: <www.dabst.eb.mil.br%2F_upados%2F_secoes%2F_sgls%2F_legislacao%2Fportaria_nr_006_colog_16_out_2012.pdf&usg=AFQjCNH6zxr3AseX9uJADrbfHevJ3TLMxw&bvm=bv.116636494,d.Y2I>. Acesso em: março de 2016.
10. BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando Logístico. Portaria nº 006, de 22 de julho de 2013. Aprova as Normas para Controle de Equinos no Exército Brasileiro (NORCE). Separata do **Boletim do Exército**, nº 31, de 2 de agosto de 2013, Brasília – DF. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br%2Fsistemas%2Fbe%2Fcopiar.php%3Fcodarquivo%3D1180%26act%3Dbre&usg=AFQjCNEIPo0dTHDhZRa0pjqLk_gcTgE6A&bvm=bv.116636494,d.Y2I>. Acesso em: março 2016.
11. BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria Normativa nº 753/MD de 30 de março de 2015. Aprova o Regulamento de Segurança dos Alimentos das Forças Armadas – MD42-R-01. Brasília – DF. Disponível em: <www.defesa.gov.br%2Farquivos%2Flegislacao%2Femcfa%2Fpublicacoes%2Flogistica_mobilizacao%2Fmd42_r_01_regulamento_de_seguranca_dos_alimentos_das_forcas_armadas_2015.pdf&usg=AFQjCNE-wKnIwJQ0fMVbpMdelvy63IaOAg&bvm=bv.116636494,d.Y2I>. Acesso em: março de 2016.
12. BRASIL. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Resolução Normativa Nº 2, de 27 de novembro de 2006. Dispõe sobre a classificação de riscos de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e os níveis de biossegurança a serem aplicados nas atividades e projetos com OGM e seus derivados em contenção. Brasília. Disponível em: <http://www.ctnbio.gov.br/index.php/content/view/3913.html>. Acesso em: março de 2016.
13. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 179, de 25 de junho de 2008. Define as diretrizes e procedimentos para destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes. Brasília. Disponível em: www.mprs.mp.br/ambiente/legislacao/id4757.htm. Acesso em: março de 2016.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em saúde: zoonoses / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 228 p. Disponível em: <ms.saude.gov.br%2Fbvs%2Fpublicacoes%2Fvigilancia_saude_zoonoses_p1.pdf&usg=AFQjCNF8ke-c3X2wu5y0gma_r5FjoDYuVQ>. Acesso em: março de 2016
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: 2014. 812 p. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/bvs>. Acesso em: março de 2016.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância epidemiológica. Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância epidemiológica. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 158 p. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/bvs>. Acesso em: março de 2016.

17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Diretrizes gerais para o trabalho em contenção com agentes biológicos / Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 64p. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/bvs>. Acesso em: março de 2016.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde. Classificação de risco dos agentes biológicos / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde. – 2ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 44p. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/bvs>. Acesso em: março de 2016.
19. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Manual do sistema nacional de informação zoossanitária. SIZ / Ministério da Agricultura. Brasília: MAPA/ACS, 2013. 40p. Disponível em: www.agricultura.gov.br/Farq_editor/file/Manual%20SIZ%20Manual_SIZ_09_12_2013.pdf&usg=AFQjCNEiSVDTWRjfTfK-YzN6k4gXl0MQeQ. Acesso em: março de 2016.
20. BROOM, D.M.; FRASER, A.F. **Comportamento e bem estar de animais domésticos**. 4.ed. Barueri: Manole, 2010. 438p.
21. CARDOSO, J. L. C.; FRANÇA, F. O. S.; WEN, F. H.; MALAQUE, C. M. S.; HADDAD JR., V. **Animais Peçonhentos no Brasil: Biologia, Clínica e Terapêutica dos Acidentes**, 2a. Ed., São Paulo: Sarvier, 2009 468p.
22. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Guia brasileiro de boas práticas em eutanásia em animais – conceitos e procedimentos. Brasília, 2012. 62p. Disponível em: <http://portal.cfmv.gov.br/portal/pagina/index/id/100/secao/1>. Acesso em: março de 2016.
23. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Resolução Nº 722, de 16 de Agosto de 2002. Aprova o código de ética do médico veterinário. Brasília. Disponível em: <http://portal.cfmv.gov.br/portal/pagina/index/id/62/secao/2>. Acesso em: março de 2016.
24. CUBAS, Z. S.; SILVA, J. C. R.; CATÃO-DIAS, J. L. **Tratado de Animais Selvagens – Medicina Veterinária**. 2a. Ed. São Paulo: Roca, 2014. 1354p.
25. ETTINGER - **Tratado de Medicina Interna Veterinária - Doenças do Cão e do Gato**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2004, 2236p.
26. FEIJÓ, A. G. S.; BRAGA, L. M. G. M.; PITREZ, P. M. C. **Animais na pesquisa e no ensino: aspectos éticos e técnicos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 421p. <Disponível em books.google.com.br/books?isbn=8574309281>. Acesso em: março de 2016.
27. FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da segurança dos alimentos**. 2ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2013. 607p.
28. FRAPE, D. **Nutrição e alimentação de equinos**. 3. ed. [trad. Fernanda Maria de Carvalho e Clarisse Simões Coelho]. São Paulo: Roca, 2007. 602p.
29. GERMANO, P. M. L; GERMANO, M. I. S. **Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos: qualidade das matérias primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos**. 5a. ed. Manole, 2015 1112 p.

30. HARARI, J. **Segredos em Cirurgia de pequenos animais: resposta necessária ao dia-a-dia em rounds, na clínica, em exames orais e escritos.** [trad. Augusto Langleloh et al.]. Porto Alegre: Artmed, 2004. 472p.
31. JERICÓ, M. M.; ANDRADE NETO, J. P.; KOGIKA, M. M. **Tratado de Medicina Interna de Cães e Gatos.** Rio de Janeiro: Roca, 2015. 2394p.
32. ZACHARY, J. F.; MCGAVIN, M. D. **Bases da patologia em veterinária.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013. 1344p.
33. MEDRONHO, R. A. **Epidemiologia.** 2ª. Ed. São Paulo: Atheneu, 2008 790 p.
34. MONTEIRO, S.G. **Parasitologia na medicina veterinária.** 1ª. Ed. São Paulo: Roca, 2012. 368p.
35. NELSON, R. W.; COUTO, C. G. **Medicina interna de pequenos animais.** 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 1512p.
37. OIE: Organização Mundial de Sanidade Animal. <http://www.oie.int/>. Acesso em: março de 2016.
38. OMS: Organização Mundial da Saúde. <http://www.who.int/en/>. <http://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>. Acesso em: março de 2016.
39. PEREIRA, M.G. **Epidemiologia: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 596p.
40. QUINN, P. J. **Microbiologia veterinária e doenças infecciosas.** Porto Alegre: Artmed, 2005. 512p.
41. RADOSTITS, O.M.; ARUNDEL, J.H. **Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 1737p.
42. SANTOS, R.L.; ALESSI, A.C. **Patologia Veterinária.** São Paulo: Roca, 2011. 904 p.
43. SILVA JÚNIOR, E. A. **Manual de Controle higiênico-sanitário em alimentos.** 7ª ed.: São Paulo: Varela, 2014. 692p.
44. SMITH, B. P. **Medicina interna de grandes animais.** 3.ed. Barueri: Manole, 2006. 1784 p.
45. SPINOSA, H. S.; GORNIK, S. L.; BERNARDI, M. M. **Farmacologia aplicada à medicina veterinária.** 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 848 p.
46. GÓRNIK, S. L.; PALERNO-NETO, J.; SPINOSA, H. S. **Toxicologia aplicada à Medicina Veterinária.** Barueri, SP: Manole, 2007. 942p.
47. STOCKHAM, S. L.; SCOTT, M. A. **Fundamentos de Patologia Clínica Veterinária.** 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 744 p.
48. TAYLOR, M. A.; COOP, R. L.; WALL, R. **Parasitologia Veterinária** 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 768p.

49. TIZARD, I. R. **Imunologia Veterinária** 8.ed. 9ª. Ed., São Paulo: Elsevier, 2014. 568p.
50. TUDURY, E.A.; POTIER, G.M.A. **Tratado de Técnica Cirúrgica Veterinária**. São Paulo: MedVet, 2009. 447p.
51. WORTINGER, A. **Nutrição para cães e gatos**. São Paulo: Roca, 2009. 236p.